



BOLETIM DEPE

Janeiro de 2022



PUC-SP

Programa de Pós-Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano VII, número 46



Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica.....	02
IBC-Br	02
Mercado de Trabalho.....	03
Crédito – Sistema Financeiro Nacional.....	06
Contas Nacionais	12
Contas Públicas	12
Contas Externas	14
Economia de Francisco	16
Cesta Básica	16
Microcrédito	18



Brasil: Atividade Econômica

IBC-Br

O IBC-Br de outubro/21 apresentou recuo de -0,40% na comparação com o mês anterior. A queda também foi verificada com relação ao mesmo mês de 2020 (-0,16%) e também na comparação do trimestre (-0,94%) contra o trimestre imediatamente anterior. Já ao compararmos o trimestre terminado em out/21 com o mesmo do ano passado, o índice apresenta expansão de 1,38%, do mesmo modo que na comparação em 12 meses (+4,33%) e no ano (+5,31%). Todos os dados citados referem-se à série dessazonalizada.

Com relação aos dados observados a tendência é similar, mudando apenas a intensidade. Na variação mensal queda de -0,20%, outubro contra o mesmo mês do ano anterior outra queda de -1,48%. Os dados podem ser conferidos na tabela abaixo:

TABELA 1

IBC-BR Outubro de 2021

	Observado	Dessazonalizado
Outubro21/Setembro21	-0,20%	-0,40%
Outubro 21/Outubro 20	-1,48%	-0,16%
Trimestre/trimestre	0,01%	-0,94%
Trimestre/trimestre ano anterior	1,06%	1,38%
No ano	4,99%	5,31%
12 meses	4,19%	4,33%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE-PUCSP

Os dados do IBC-Br reforçam o quadro de que a economia brasileira encontra-se em clara estagnação. Após forte queda em 2020, o crescimento deste ano, se muito, fará com que a economia retome patamar verificado em fevereiro de 2020, mês imediatamente anterior ao início da pandemia pelo Brasil. Por este último dado, outubro está -1,90% abaixo deste patamar. Se formos olhar o melhor momento do indicador (dezembro de 2013) a economia está ainda -7,91% abaixo do seu melhor momento, evidenciando o enorme passado que temos pela frente, e também o fato de que as reformas empreendidas desde 2016 com o motivo maior de gerar crescimento econômico tem se mostrado um enorme fracasso.

Rodolfo Viana – Economista e Mestrando em Economia Política – PUC/SP



Mercado de Trabalho

Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Segundo os últimos dados divulgados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em novembro de 2021, foi registrado saldo de 324.112 de postos formais de trabalho (resultado de 1.772.766 admissões e de 1.448.654 desligamentos). No acumulado do ano temos o saldo de 2.992.898.

Com exceção do setor agropecuário (-16.797), todos os demais apresentaram resultado positivo, sendo: Serviços (+180.960), Comércio, (+139.287), Indústria Geral (+8.177) e Construção Civil (+12.485).

No recorte regional, temos: Sudeste (+178.422), Sul (+54.048), Nordeste (+58.181), Centro Oeste (+17.089), e Norte (+15.952)

Perfil de Contratações:

- Homens 126.606 (39,06%) e mulheres 197.506 (60,94%)
- Faixa etária de 18 a 24 anos, independente do gênero (177.279 ou seja 54,69%)
- Escolaridade ensino médio (81,04%)
- O salário médio de admissão foi de R\$ 1.778,84



Reforma Trabalhista:

No mês de novembro foram celebrados 16.158 desligamentos por acordo entre empregado e empregador. O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 11.292. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de 3.702.

PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de agosto, setembro e outubro de 2021, o número de desocupados atingiu cerca de 12,9 milhões de pessoas, redução de 1,5 milhão de pessoas (10,4%) sobre o trimestre imediatamente anterior, e redução de 1,6 milhão pessoas (11,6%) na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2020. A taxa de desocupação ficou em 12,1%, redução de 1,6 p.p. sobre o trimestre anterior, e 2,5 p.p. na comparação com 2020.

No trimestre móvel terminado em outubro de 2021 houve aumento de 1,79 milhão de pessoas na força de trabalho (1,7%) na comparação com o trimestre anterior, em relação ao mesmo trimestre de 2020 há forte aumento de cerca de 7 milhões de pessoas (7,0%), representando a volta das pessoas a procurar trabalho com o relaxamento das medidas de isolamento ao logo do trimestre móvel. Outro dado que aponta para essa grande volta de pessoas no mercado de trabalho é a população fora da força de trabalho, que teve queda (2,1%) em relação ao trimestre anterior, e retração ainda mais expressiva, de cerca de 5,24 milhões pessoas (7,7%) sobre 2020.

O número de ocupados cresceu fortemente (3,6% ou 3,2 milhões de pessoas) na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 10,2%, cerca de 8,6 milhões de pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2020. Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, foi observado crescimento de 4,1% no empregado no setor privado com carteira assinada e 9,5% no empregado sem carteira, no empregado doméstico (7,8%) o conta própria, 2,6%, com destaque para o com CNPJ (4,3%).

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, a única variação negativa foi observada no setor público (-3,4%). As maiores variações positivas foram no emprego doméstico (22,3%), seguido pelo empregado sem carteira no setor privado, aumento de 23,1% (cerca de 2,2 milhões de pessoas), conta própria (15,8%) com destaque para o com cnpj (19,2%).

O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 29,9 milhões de pessoas, queda de 9,6% (cerca de 3,18 milhões de pessoas) na comparação com o mesmo trimestre de 2020 e queda



de cerca de 2,09 milhões de pessoas (6,5%), sobre o trimestre imediatamente anterior.

Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.449), com queda de 4,6% sobre o trimestre imediatamente anterior, e 11,1% na comparação com o mesmo trimestre de 2020, reflexo da alta da inflação e do crescimento de ocupações com menor remuneração, como o emprego sem carteira e o conta própria. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 225 bilhões, diminuição de 1,1% na comparação com o trimestre anterior e queda de 1,9% sobre 2020.

Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Posição no mercado de trabalho/Período	ago-set-out 2020	mai-jun-jul 2021	ago-set-out 2021	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	99.842	105.073	106.864	1,7	1.791	7,0	7.022
Ocupadas	85.284	90.666	93.958	3,6	3.292	10,2	8.674
Desocupadas	14.558	14.407	12.906	-10,4	-1.501	-11,3	-1.652
Fora da força de trabalho	70.565	66.547	65.155	-2,1	-1.392	-7,7	-5.410
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	6.517	7.822	7.669	-2,0	-153	17,7	1.152
Na força de trabalho potencial	12.020	9.768	9.332	-4,5	-436	-22,4	-2.688
Desalentadas	5.758	5.274	5.076	-3,8	-198	-11,8	-682
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	33.095	31.997	29.906	-6,5	-2.091	-9,6	-3.189
Empregado C/ carteira setor privado	31.325	32.552	33.876	4,1	1.324	8,1	2.551
Empregado S/ carteira setor privado	9.980	10.918	11.956	9,5	1.038	19,8	1.976
Emprego doméstico	4.509	5.113	5.513	7,8	400	22,3	1.004
Setor público	11.549	11.438	11.152	-2,5	-286	-3,4	-397
Empregador	3.818	3.683	3.859	4,8	176	1,1	41
Conta própria	22.141	25.000	25.638	2,6	638	15,8	3.497
Conta própria com CNPJ	5.260	6.014	6.270	4,3	256	19,2	1.010
Conta própria sem CNPJ	16.881	18.986	19.368	2,0	382	14,7	2.487
Trab. familiar auxiliar	1.963	1.962	1.965	0,2	3	0,1	2
Rendimento real médio (R\$)	2.756	2.566	2.449	-4,6	-117	-11,1	-307
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	229.404	227.441	225.047	-1,1	-2.394	-1,9	-4.357

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP
Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Crédito

Crédito - Sistema Financeiro Nacional

Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Novembro / 2021

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	53,20%	0,40%	-0,6%	-0,10%	Estabilidade no saldo em relação ao PIB.	
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 4.575,1 bilhões	1,80%	13,80%	15,60%	Crescimento observado do mês mais expressivo na pessoa física.	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.934,2 bilhões	1,40%	8,70%	10,60%	Continua a trajetória de declínio no acumulado 12 meses. De 11,2% em outubro/21 para 10,60%.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.640,9 bilhões	2,0%	17,80%	19,70%	Leve recuo no acumulado 12 meses. De 19,8% em outubro/21 para 19,70%.	
	Concessão (R\$)	R\$ 445,0 bilhões	4,50%	18,10%	16,20%	Elevação acentuada no mês.	
	Inadimplência	2,30%	0,00%	0,20%	0,10%	Estabilidade nos últimos 7 meses.	
	Spread bancário	15,6 p.p.	0,40%	1,20%	1,30%	Elevação no mês	
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 2.709,4 bilhões	2,40%	16,60%	18,90%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.246,1 bilhões	2,40%	14,20%	16,70%	Destaques: No mês o destaque foi para capital de giro acima de um ano, antecipação de faturas de cartão de crédito e desconto de duplicata.
		Spread bancário	9,9 p.p.	0,40%	2,20%	2,30%	
		Inadimplência	1,60%	0,00%	0,20%	0,10%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.463,3 bilhões	2,40%	18,80%	20,80%	Destaques: Destaque nas operações de crédito pessoal e cartão de crédito.
		Spread bancário	34,2 p.p.	0,40%	2,10%	1,50%	
		Inadimplência	4,30%	0,00%	0,10%	0,00%	
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 1.865,7 bilhões	0,80%	9,90%	11,20%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 688,1 bilhões	-0,40%	0,10%	1,00%	Destaques: Redução dos créditos direcionados com recursos do BNDES, correspondendo à -0,6% no mês.
		Spread bancário	3,2 p.p.	0,30%	-1,60%	0,50%	
		Inadimplência	1,00%	0,00%	0,20%	0,10%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.177,6 bilhões	1,50%	16,60%	18,30%	Destaques: Financiamento rural, microcrédito e imobiliário.
		Spread bancário	3,4 p.p.	-0,40%	-1,50%	-1,40%	
		Inadimplência	1,30%	-0,10%	0,10%	-0,10%	

Fonte: BCB e elaboração DEPE

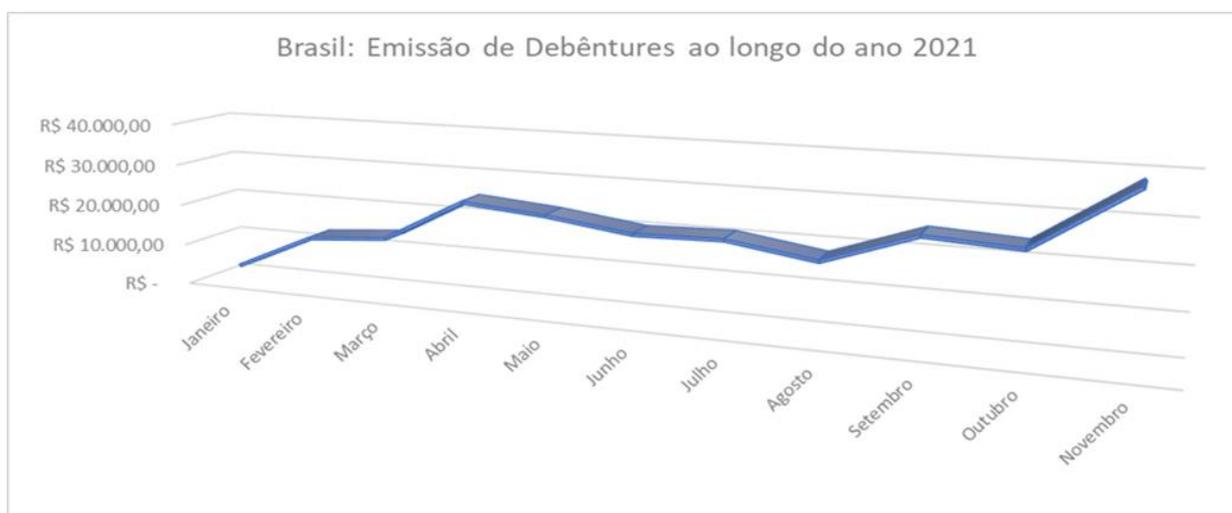


Crédito: Mercado de Capitais

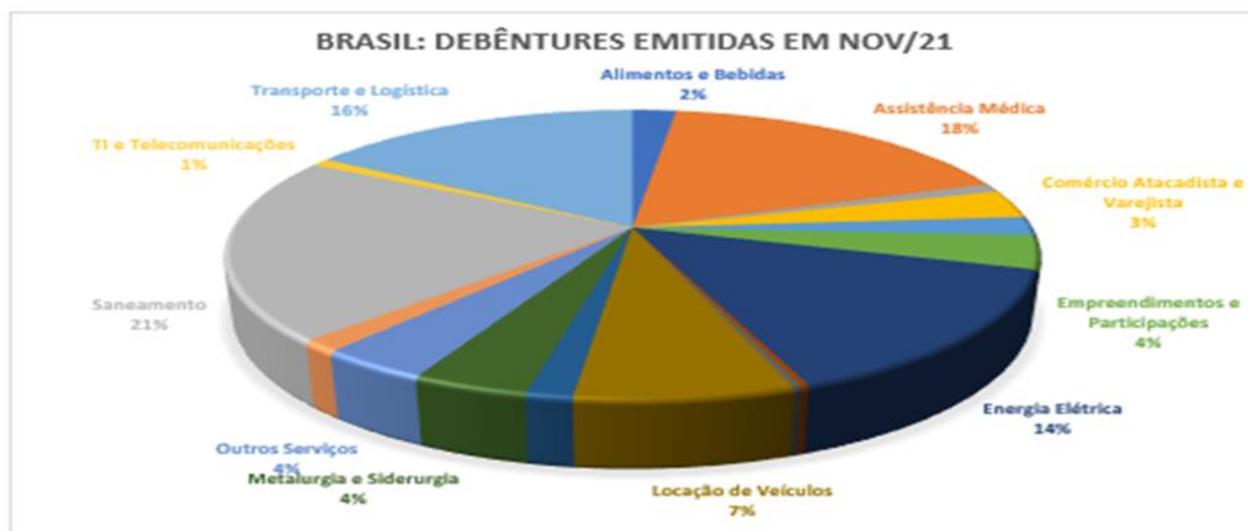
Brasil: Emissões Debêntures - 2021			Brasil: Emissões Ações - 2021		
Mês	Valor	Variação	Mês	Valor	Variação
Janeiro	R\$ 4.003,22	-	Janeiro	R\$ 5.801,30	-
Fevereiro	R\$ 12.670,90	216,52%	Fevereiro	R\$ 8.777,30	51,30%
Março	R\$ 14.267,67	12,60%	Março	R\$ 17.688,47	101,53%
Abril	R\$ 24.640,04	72,70%	Abril	R\$ 5.394,35	-69,50%
Mai	R\$ 22.967,85	-6,79%	Mai	R\$ 18.029,53	234,23%
Junho	R\$ 20.322,10	-11,52%	Junho	R\$ 20.327,71	12,75%
Julho	R\$ 20.810,10	2,40%	Julho	R\$ 17.627,17	-13,29%
Agosto	R\$ 17.812,00	-14,41%	Agosto	R\$ 14.930,36	-15,30%
Setembro	R\$ 25.089,00	40,85%	Setembro	R\$ 15.516,99	3,93%
Outubro	R\$ 24.001,16	-4,34%	Outubro	R\$ 1.116,00	-92,81%
Novembro	R\$ 38.129,60	58,87%	Novembro	R\$ 3.188,00	185,66%

Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Crédito: Debêntures

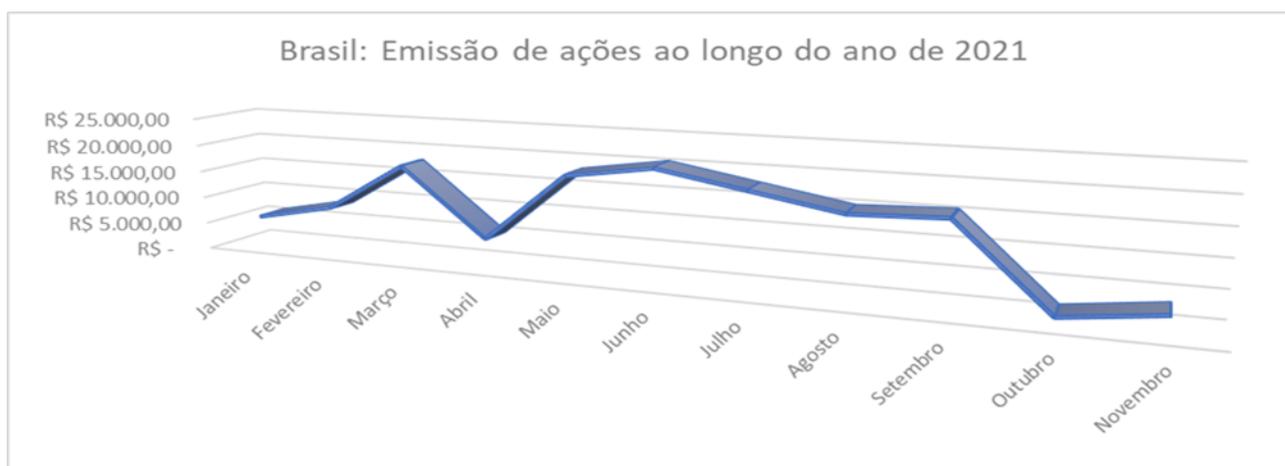


Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

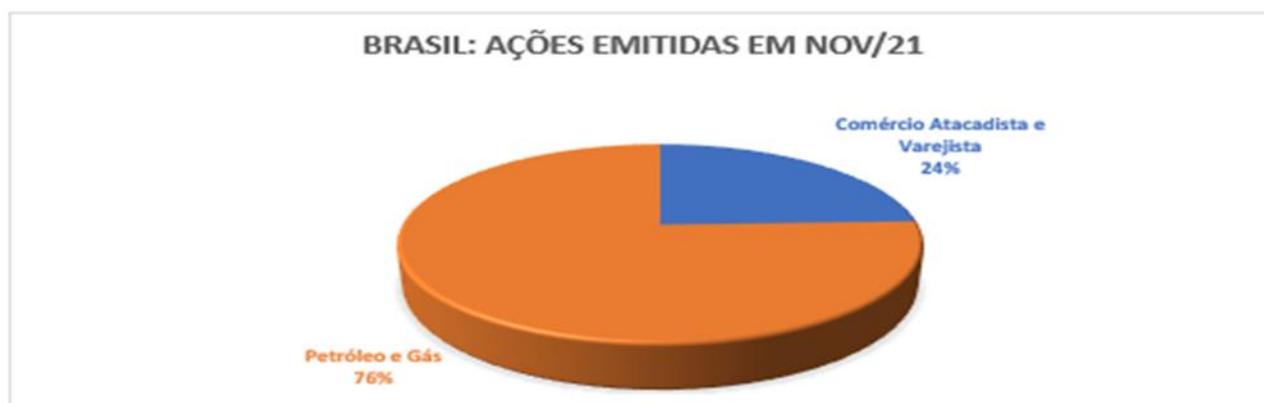


Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE

Crédito: Ações



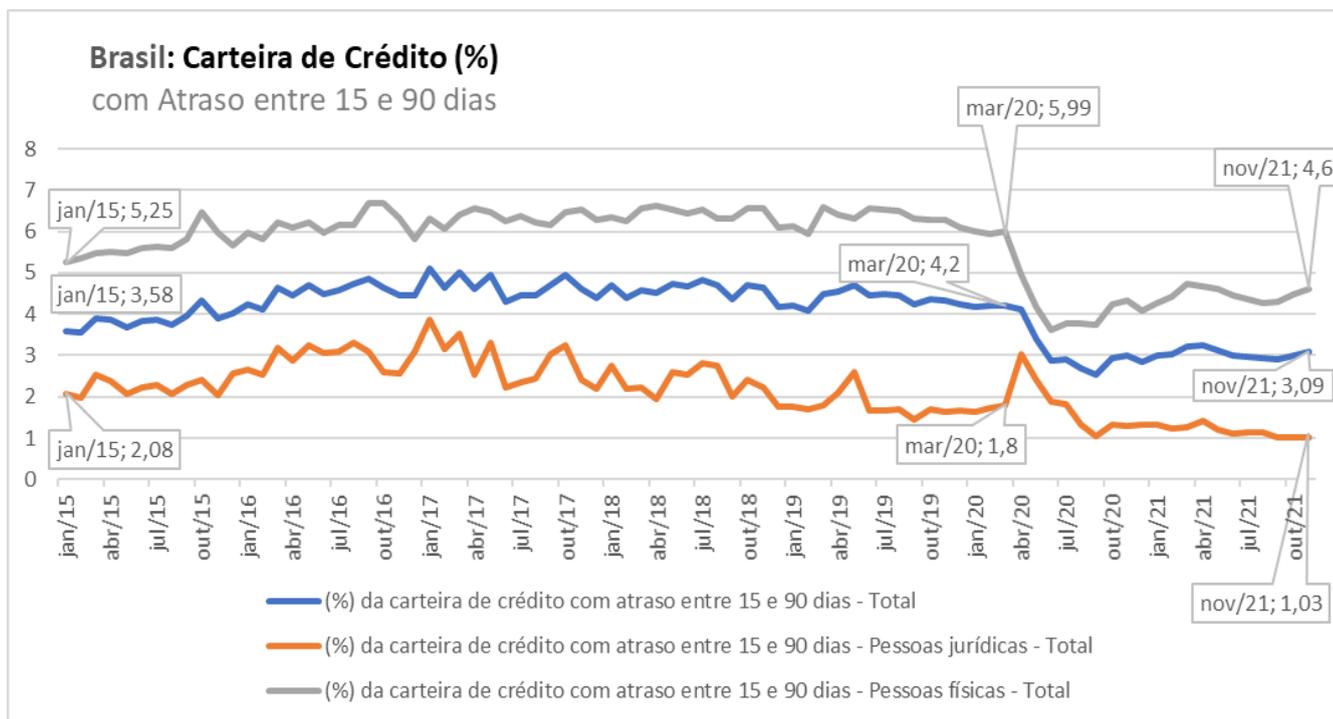
Fonte: Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



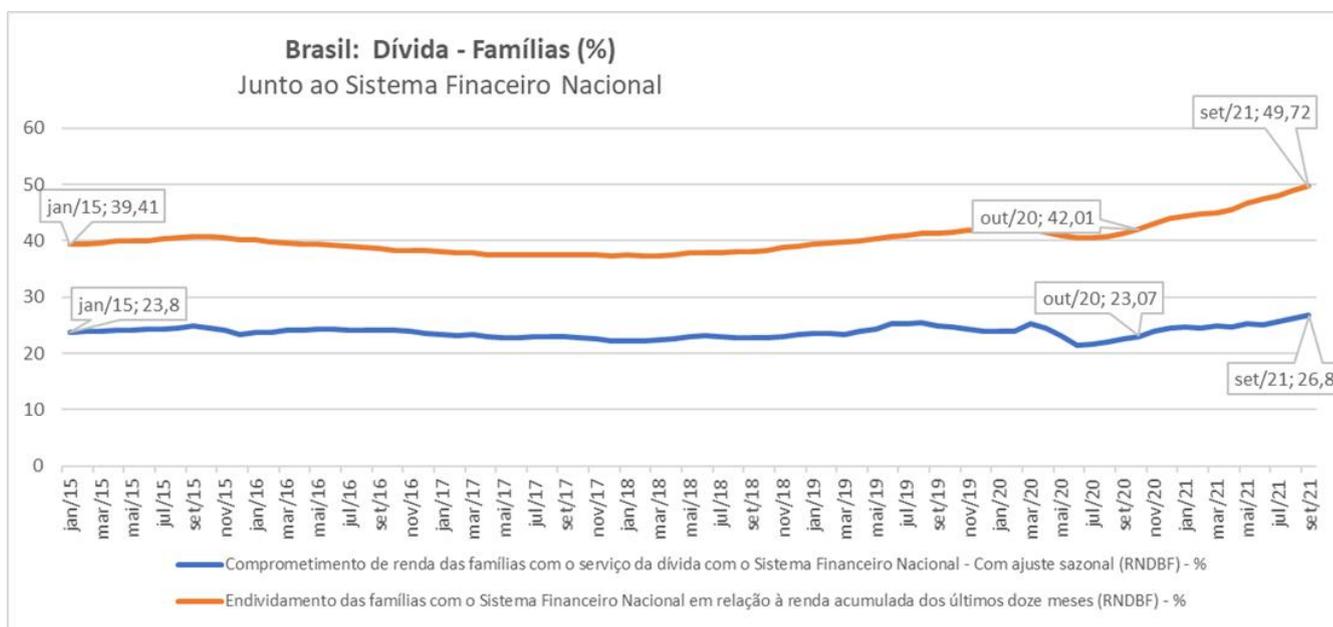
Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais e Elaboração DEPE



Endividamento



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Fonte: BCB e elaboração DEPE



Crédito: Análise

O crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em novembro/21, apresentou crescimento de 1,80% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de acumulado em 15,60%, o crescimento mais expressivo no mês ocorreu novamente na pessoa física, continuando sua trajetória positiva no ano. O saldo consolidado foi de R\$ 4.575,1 bilhões. A inadimplência em novembro/21 ficou estável em relação ao mês anterior no patamar de 2,30%, mesmo percentual verificado nos últimos 6 meses.

Em novembro de 2021 tivemos um total de emissões de Debêntures e Ações no valor de R\$ 41.3 bi, demonstrando um aumento de 65% do montante emitido no mês anterior, destacando também um crescimento comparado com novembro de 2020, que representa em torno de 168% a mais no somatório das emissões, sobretudo para as debêntures, que têm tido um volume em recorde histórico.

No gráfico acima observa-se que as emissões de debêntures foram crescentes em 2021, com seu pico em novembro/21 alcançando um volume de R\$ 38.1 bi. Em novembro de 2020, as emissões foram de apenas R\$ 8 bi, demonstrando também crescimento acumulado em 12 meses. O setor com maior volume de emissões em novembro/21 foi o de saneamento básico, com destaque para a empresa Águas do Rio – AEGEA, empresa privada de saneamento básico que atua, sobretudo, na região centro-oeste do país. A AEGEA, tem perspectiva de investimento com foco no crescimento da empresa, recebeu rating AA(bra) da Fitch com observação negativa para longo prazo, devido a “expectativa de Fluxo de Caixa Livres negativo” mediante a sua estratégia “agressiva” de crescimento, segundo a Fitch.

Diferente do que acontece com as debêntures, as ações mostram, conforme gráfico acima, desaquecimento durante o segundo semestre. Seu pico de emissões foi em junho/21, mês que o Copom definiu um aumento de 0,75 p.p. da Selic pela terceira vez consecutiva para uma taxa de 4,25%. O segundo semestre é marcado pela inflação acima da meta, e somado com a PEC dos precatórios e revisão do teto de gastos, o aumento da taxa de juros básica sofreu uma pressão para alta, gerando maior atratividade no pagamento de prêmios da renda fixa.

Para o mês de novembro/21 temos uma queda de 48% nas emissões de ações comparada com o mesmo mês do ano anterior, mas um aumento de 185% comparado com o mês anterior. Conforme pode ser visto na tabela, esse aumento não melhora em números o resultado semestral, isso porque em outubro/21 a queda de 92% reduziu muito a base de R\$ 15 bi para R\$ 1bi, potencializando em números percentuais o resultado de novembro/21. O destaque do mês é o setor de petróleo e gás, que teve peso de 76% do total das emissões. A empresa responsável por essas emissões é a 3R Petroleum, empresa brasileira de capital privado que produz óleo e gás, com principal estratégia de trabalho em campos maduros de petróleo negociados em desinvestimento da Petrobrás.



O desempenho do endividamento está sendo analisado em duas perspectivas. A primeira, mostra o percentual da carteira de crédito em atraso entre 15 e 90 dias. Os dados divulgados para o mês de novembro/21, apresenta novamente, expressiva elevação com relação ao mês anterior, o percentual da carteira total ficou em 3,09% contra 3,01% do mês anterior.

O segundo gráfico possui duas séries, uma de endividamento e outra de comprometimento da renda das famílias junto ao sistema financeiro nacional (SFN). Em dezembro/2021 o Banco Central do Brasil, substituiu a estimativa da massa salarial ampliada disponível (MSAD), medida utilizada para apurar o nível de endividamento e o comprometimento da renda até então utilizada. A partir desta data, o BCB passa a calcular e divulgar a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), que foi detalhada na nota técnica 55 de dezembro de 2021. Com isso, a nova estimativa passa a capturar por exemplo, eventos extraordinários de mais difícil inclusão no indicador anterior, como os saques do FGTS em 2017 e 2019 e os pagamentos do auxílio emergencial realizados em 2020 e 2021. Com isso, a projeção mensal da renda fica mais próxima do apurado nas Contas Nacionais e calculadas pelo IBGE e permite um aprimoramento no acompanhamento deste tópico das análises da conjuntura econômica.

Nestas curvas o último dado disponível é do mês de setembro/21 e ambas apresentam relevante elevação com relação ao mês anterior (mesmo que agora, em patamares menores do que os observados anteriormente, em função da mudança da metodologia do rendimento nacional explicado anteriormente). O comprometimento da renda das famílias frente aos pagamentos e amortizações, ficou no patamar de 26,8%. Já o endividamento das famílias, apresentou um aumento para o nível de 49,72%.

O Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de SP (Simpí), divulga periodicamente uma pesquisa de indicadores junto às empresas e o último dado foi coletado no mês de novembro/21. Destacaremos quanto as empresas que realizaram a consulta e obtiveram sucesso no empréstimo ou financiamento, tivemos uma queda significativa com relação ao mês anterior, ficando em 42%, contra 52% do mês de outubro/21.

Novamente o crescimento do crédito verificado na pessoa física no mês de novembro/21. Aliado a uma constante elevação das taxas de juros do crédito apuradas pela Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade que chegam à 340,87% para o cartão de crédito e 117,76% cobradas pelas financeiras para o mês de novembro/21. O endividamento das famílias, mesmo com a mudança metodológica descrita pelo BCB, atingiu o patamar de 49,72% em setembro/21 superando em 10,31% o apurado em janeiro/15. Todo esse cenário traçado do crédito, aprofunda para o ano de 2022, um quadro de mais instabilidade para o país.

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.



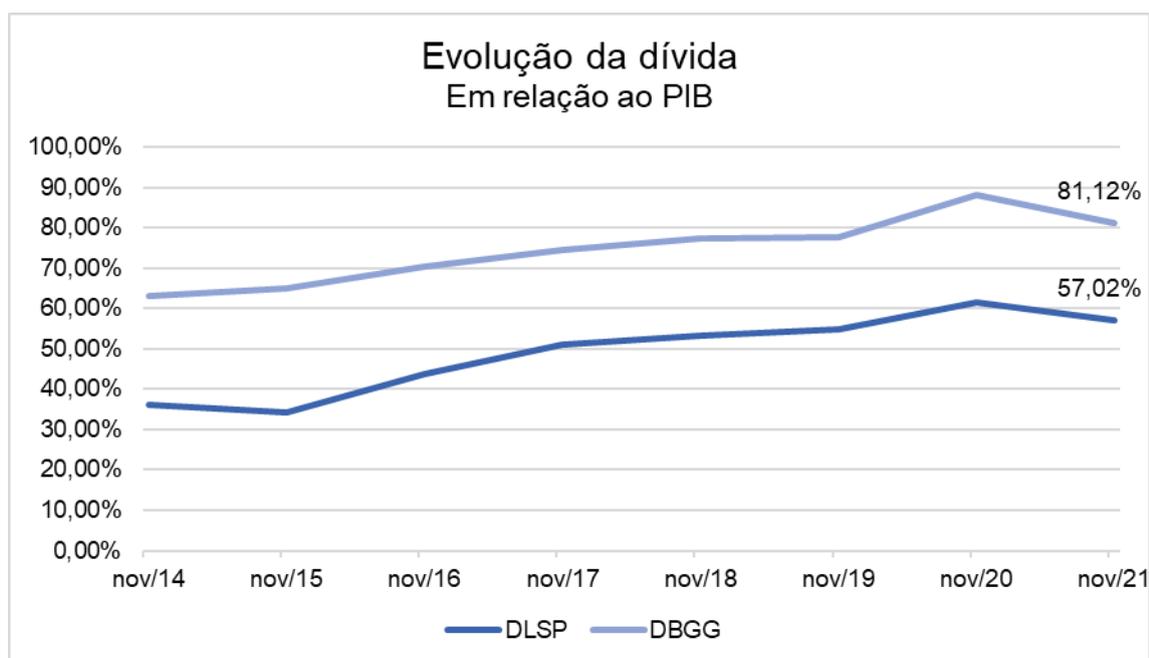
Contas Nacionais

Contas Públicas

Em novembro de 2021 o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$15 bilhões, ante déficit de R\$18,1 bilhões em novembro de 2020. O Governo Central e os governos regionais apresentaram superávits de R\$3,5 bilhões e R\$11,7 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$238 milhões. No ano, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$64,6 bilhões, ante déficit de R\$651,1 bilhões no mesmo período de 2020. Nos últimos doze meses, o setor público consolidado atingiu superávit primário de R\$12,8 bilhões (0,15% do PIB), resultado que havia sido deficitário em R\$20,4 bilhões (0,24% do PIB) no acumulado em doze meses até outubro.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$41,6 bilhões no mês, comparativamente a R\$2 bilhões em novembro do ano anterior. Esse aumento tem relação com as operações de swap cambial no período (ganhos de R\$25,3 bilhões em novembro de 2020 e de R\$3 bilhões em novembro de 2021), e pelo aumento da taxa Selic. No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$418 bilhões (4,86% do PIB), ante R\$313,4 bilhões (4,23% do PIB) nos doze meses terminados em novembro de 2020.

O resultado nominal do setor público consolidado, composto pelo resultado primário e os juros nominais apropriados, apresentou déficit de R\$26,6 bilhões em novembro de 2021. No acumulado dos últimos doze meses, o déficit nominal chegou a R\$405,2 bilhões (4,71% do PIB), ante R\$398,7 bilhões (4,68% do PIB) no acumulado até outubro.



Fonte: BCB

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 57% do PIB (R\$4,9 trilhões) em novembro, redução de 0,1 p.p. do PIB no mês. Esse resultado deve-se aos impactos do crescimento do PIB nominal (redução de 0,5 p.p.), do superávit primário (redução de 0,2 p.p.) e dos juros nominais apropriados (aumento de 0,5 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 5,5 p.p., evolução decorrente sobretudo dos efeitos do crescimento do PIB nominal (redução de 8,3 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de 8,1% (redução de 1,3 p.p.), do superávit primário (redução de 0,8 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 4,6 p.p.) e da variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (aumento de 0,4 p.p.).

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que engloba governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu 81,1% do PIB (R\$7,0 trilhões) em novembro, reduzindo-se 1,1 p.p. do PIB no mês. Essa evolução decorreu basicamente dos resgates líquidos de dívida (redução de 1,0 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 0,8 p.p.), e da incorporação de juros nominais (aumento de 0,6 p.p.). No acumulado do ano, a redução de 7,5 p.p. na relação DBGG/PIB decorreu sobretudo do crescimento do PIB nominal (redução de 11,7 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (redução de 1,4 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 5,1 p.p.) e da desvalorização cambial (aumento de 0,5 p.p.).

Ana Carolina Gimenes dos Santos – Economista e mestre em Economia política (PUC-SP)



Contas Externas

Grande Grupo – Transações Correntes

Balança comercial

Com exceção dos meses de fevereiro/21 e novembro/21, ao longo de 2021 a balança comercial de bens registrou saldos superavitários, ainda que se tenha observado uma trajetória crescente dos volumes de importações. Em especial, os maiores saldos líquidos registrados foram nos meses de abril/21 e junho/21 – muito correlacionado com a retomada da demanda externa por commodities. Essa retomada esteve mais forte no primeiro semestre do que no segundo semestre – um reflexo direto da desaceleração do crescimento econômico das principais economias mundiais.

Balança de serviços e Conta Renda

Em 2021, é possível afirmar que a conta de serviços manteve um saldo deficitário relativamente estável, em torno de US\$ 1,4 bilhões, em média. Em geral, nos últimos anos, o saldo dessa conta tem sido determinado pela redução de despesas com equipamentos, fruto do incentivo gerado pelo Repetro – regime aduaneiro que visa estimular a nacionalização de equipamentos destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Por outro lado, a conta em renda primária (lucros, dividendos e juros) apresentou uma maior variabilidade entre os saldos mensais, e a despeito do novo ciclo de alta da Selic, não foi percebida uma deterioração dos déficits dessa conta no segundo semestre frente ao primeiro semestre. Em particular, no último mês encerrado, novembro/21, o saldo ficou em US\$ -2,7 bilhões, enquanto no mesmo mês do ano anterior ficou em US\$ -2,5 bilhões.

Grande Grupo – Conta Capital/Financeira IDP e Capitais de Curto Prazo

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$50,3 bilhões até novembro/2021. Apesar de ser uma cifra bem maior que a registrada no ano de 2020, US\$ 37,7 bilhões, não deve recuperar os níveis pré-pandemia – em 2019 atingimos US\$ 69,2 bilhões.



Reservas internacionais

As reservas internacionais somaram cerca de US\$ 368 bilhões no último mês encerrado, novembro/2021 e deve registrar algo em torno dessa mesma cifra em dezembro/2021. Diante disso e considerando que a maior parte das reservas estão alocadas em títulos da dívida pública norte-americana (US treasury bonds), deve-se levar em conta as percepções das duas últimas reuniões do FOMC - Federal Open Market Committee –.

Tanto a interpretação do mercado, quanto a ata do comitê, em si, deixam claro não só uma retirada mais acelerada de estímulos monetários à economia norte-americana, como também, maiores apostas em uma alta da taxa básica de juros do país. Tal medida, aumentaria o rendimento sobre o montante das nossas reservas alocadas em títulos da dívida pública dos EUA, ao mesmo tempo que apreciaria a moeda estrangeira, em detrimento do valor do Real – moeda que já tem acumulado desvalorizações ao longo de 2020 e 2021.

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Mariza Mathis, mestranda em Economia Política pela PUC-SP



Economia de Francisco

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica Mensal

Na pesquisa realizada em dezembro/21, 9 capitais apresentaram recuo nos preços na comparação mensal, ao passo que outras 8 experimentaram aumento nos custos da Cesta Básica. Os maiores recuos mensais foram em Florianópolis (-2,95%) e Brasília e Curitiba (-1,64%). Já com relação as altas, o destaque ficou com Salvador, que viu os preços aumentarem em média 2,43%

O maior preço foi verificado na cidade de São Paulo (R\$690,51). Tomando por base a cesta básica mais cara verificada nesta tomada de preços, a de São Paulo, e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzindo a parcela da Previdência Social), um trabalhador na capital paulista que tenha como remuneração o piso nacional irá comprometer 67,86% de sua renda para adquirir a cesta básica, restando ai menos da metade para todo o resto de sua subsistência. Na média essa relação entre salário mínimo líquido e cesta básica ficou em 58,91%, percentual acima dos 58,95% verificados em novembro/21.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta básica diminuiu, ficando em 119 horas e 53 minutos em dezembro/21, enquanto em novembro/21 foi de 119 horas e 58 minutos.

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>



Abaixo temos os dados para as Cestas pesquisadas atualmente:

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (tomada especial)
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – Dezembro e ano de 2021

Capital	Variação Anual (%)	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Curitiba	16,30	-1,64	628,46	61,77	125h41m
Natal	15,42	1,62	529,54	52,04	105h55m
Recife	13,42	1,46	532,37	52,32	106h28m
Florianópolis	12,02	-2,95	689,56	67,77	137h55m
Campo Grande	11,26	-0,59	641,37	63,03	128h16m
Belém	11,18	1,13	556,87	54,73	111h22m
Porto Alegre	10,92	-0,35	682,90	67,12	136h35m
Vitória	10,28	-0,92	662,01	65,06	132h24m
São Paulo	9,35	-0,25	690,51	67,86	138h06m
Fortaleza	8,24	-0,22	579,06	56,91	115h49m
Salvador	8,17	2,43	518,21	50,93	103h38m
João Pessoa	7,50	0,38	510,82	50,20	102h10m
Rio de Janeiro	7,27	0,10	666,26	65,48	133h15m
Belo Horizonte	6,44	1,71	605,16	59,48	121h02m
Goiânia	5,93	-0,40	597,24	58,70	119h27m
Aracaju	5,49	1,01	478,05	46,98	95h37m
Brasília	5,03	-1,64	621,56	61,09	124h19m

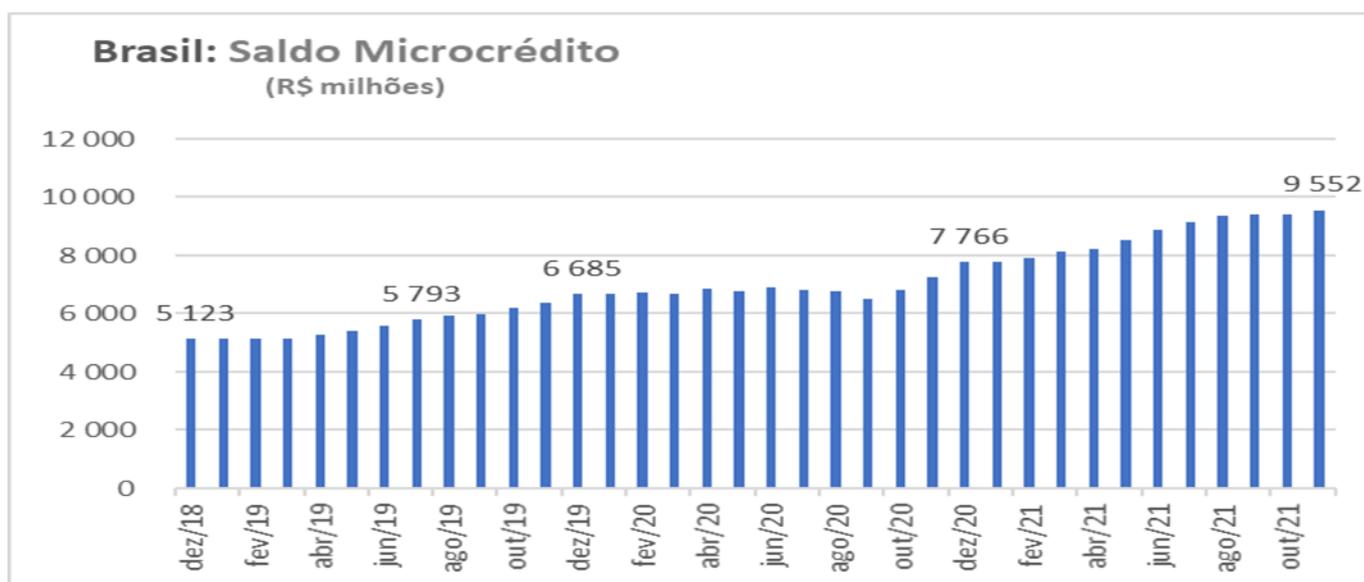
Fonte: DIEESE

Agora se olharmos o comportamento anual, notamos que 2021 foi outro ano de forte aumento nos preços dos alimentos. O valor da Cesta Básica aumentou nas 17 capitais pesquisadas pelo DIEESE, sendo as maiores altas em Curitiba (16,30%), Natal (15,42%), Recife (13,42%), Florianópolis (12,02%) e Campo Grande (11,26%). As menores taxas acumuladas foram as de Brasília (5,03%), Aracaju (5,49%) e Goiânia (5,93%).

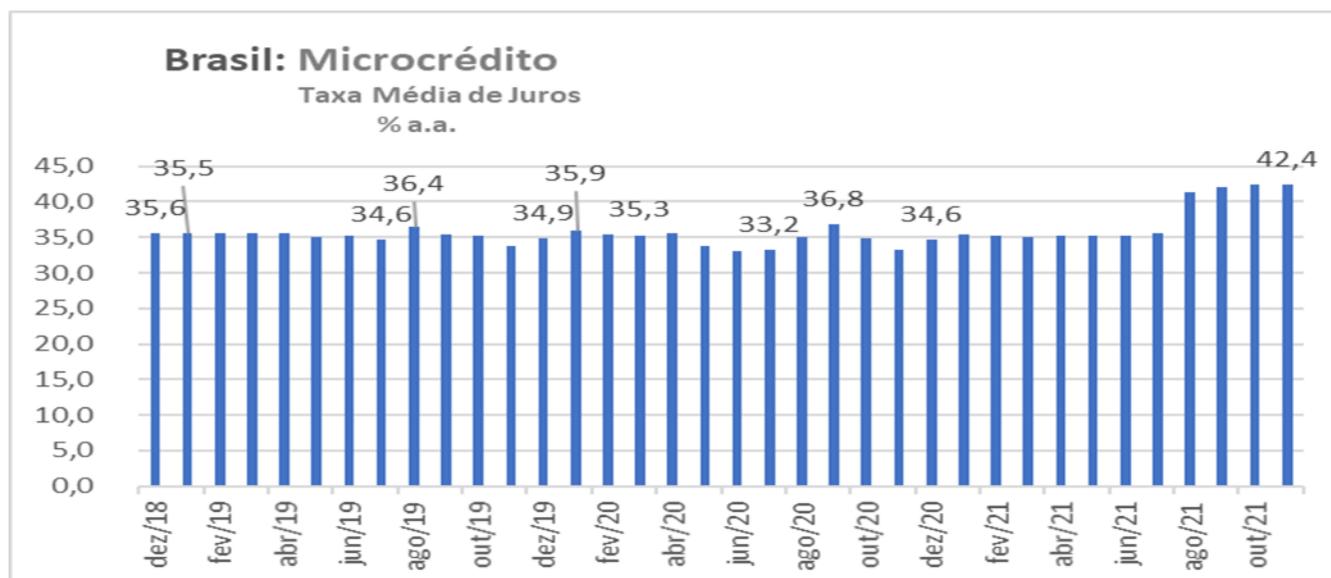


Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em novembro/21 ficou em R\$ 9.552 milhões, um crescimento de 1,4% mês. Quanto a taxa de juros cobrada, continuou no mesmo patamar do mês anterior em 42,4% a.a., como reflexo das sucessivas elevações da Taxa Selic decididas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP

Marcelo Eisenhower Farias, economista PUC-SP, MBA em finanças (IBMEC) e mestre Economia Política pela PUC-SP

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP



Expediente

Boletim DEPE, Ano VI, n.46.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);

Ana Carolina Gimenes dos Santos – Economista, mestre em Economia política (PUC-SP);

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP (**Coordenador**);

Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

João Frazão, economista, MBA em gestão empresarial (ESPM-SP) mestrando em história econômica pela USP;

José Victor Perroni Cassiolato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP (**Coordenador**);

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Marisa Mathis, mestranda em economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Paulo Henrique Santos, mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP) Rua

Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 15/01/2022.